



REFERENCIAL PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Poços de Caldas - MG



FICHA TÉCNICA

Sérgio Antônio Carvalho de Azevedo
Prefeito

Júlio César de Freitas
Vice-Prefeito

Deborah Brianezi Reis de Andrade
Secretaria Municipal de Educação

Ana Maria Lobo de Carvalho
Coordenadora do Programa Municipal da Juventude

AUTORES

Ana Maria Lobo de Carvalho
Aurea Cristina Mendes Nogueira
Elaine Fátima D'Oranges Melo
Eliza Maria Furtado Quinteiro
Flávia Camargo Busatte
Yuri Tobias Aquiel Correa Ramos

COLABORADORES

Conselho Municipal de Educação
Professoras de Referência e Docentes do Programa Municipal
da Juventude
Professoras de Referência e Docentes das Escolas de Tempo
Integral

**“Se a Educação sozinha
não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a socie
dade muda.”**

- Paulo Freire

SUMÁRIO

Sumário.....	2
Apresentação.....	3
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CENÁRIO NACIONAL.....	4
A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM POÇOS DE CALDAS	10
DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS N A PERSPECTIVA DA ED. INTEGRAL.....	13
OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	20
REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
- EIXOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	22
- O BRINCAR.....	24
- AUTORES DE REFERÊNCIA.....	26
A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E TEMPO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	31
A EDUCAÇÃO I NTEGRAL E M POÇOS DE C ALDAS ABRIL/2024.....	32
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	45
REFERÊNCIAS.....	46

É com grande entusiasmo que apresentamos a Proposta Pedagógica do Município de Poços de Caldas, um documento que reflete nossa visão e compromisso com a Educação Integral do Ensino Fundamental de qualidade para todos.

Elaborado de forma colaborativa, este documento representa o resultado de um amplo processo de reflexão, diálogo e construção coletiva, envolvendo equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e educadores do Programa Municipal da Juventude e das Escolas de Tempo Integral e Conselho Municipal de Educação.

O documento apresenta a educação integral no cenário nacional e municipal, trazendo a estrutura que atualmente é realizada no nosso município.

Nossa proposta pedagógica busca ir além do ensino tradicional, valorizando a diversidade, promovendo a inclusão e preparando nossos estudantes para os desafios do século XXI. Acreditamos que a educação vai além da transmissão de conhecimentos, é um processo de formação integral, que visa o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais, sociais e éticas.

Neste documento, você encontrará os princípios e valores que norteiam nossa

prática educativa, referencial teórico, autores de referências e os eixos norteadores que orientam nosso trabalho em sala de aula. Ressaltamos que este documento foi baseado no Documento Municipal: Diretrizes para Elaboração dos Currículos Escolares (Anexo I), elaborado por vários educadores do nosso Município e publicado em 2019.

Estamos cientes dos desafios que enfrentamos, mas também confiantes em nossa capacidade de superá-los. Com a colaboração de todos os envolvidos na comunidade educativa, estamos construindo um futuro de excelência na educação, em que cada estudante possa alcançar seu pleno potencial e contribuir para uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Que este documento seja não apenas um registro de nossas intenções, mas também um instrumento vivo de transformação e melhoria contínua de nossa prática educativa. Juntos, podemos fazer a diferença na vida de nossos estudantes e na construção de um mundo melhor para todos.

Deborah Brianezi Reis de Andrade
Ana Maria Lobo de Carvalho



A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CENÁRIO NACIONAL

O Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n. 14.640, de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral. Coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), o programa busca o cumprimento da Meta 6 (seis) do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro.

O programa prevê assistência técnica e financeira para a criação das matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais). Neste âmbito, são consideradas propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A assistência técnico-pedagógica e financeira aos Estados, Municípios e Distrito Federal tem como ponto de partida a adesão ao mecanismo de fomento financeiro para a criação de matrículas de tempo integral.

A adesão ao programa e o recebimento dos recursos não solucionam o complexo desafio de organização, gestão e implementação da educação integral, em jornada ampliada, na rede de ensino. Para assegurar a qualidade e a equidade na oferta do tempo integral, o programa foi estruturado em cinco eixos (Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar), articulando uma série de ações estratégicas, disponibilizadas a todos os entes federados.

'Não se pode conseguir essa formação em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte.' Anísio Teixeira, em Educação não é privilégio, 1953

Desde a década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, há debates sobre reformas educacionais com a finalidade de promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em suas diferentes etapas de crescimento e, para tanto, há ne-

cessidade de universalizar o acesso à educação e da escola pública para todos.

Nas décadas seguintes, as experiências criadas por Anísio Teixeira, na Bahia, e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, buscaram materializar a concepção de educação plena e para todos. Constam também como as primeiras experiências que tentaram superar o curto tempo escolar, em especial às classes mais desfavorecidas, o que entendia-se, na época, como um dos motivos para baixos resultados nas aprendizagens dos estudantes.

No decorrer do século XX, os estudantes brasileiros frequentavam 180 (cento e oitenta) dias letivos e 4 (quatro) horas de jornada escolar diária, de acordo com as primeiras Leis de Diretrizes e Bases, estabelecidas em 1961 e 1971.

A história da ampliação da jornada e da Educação Integral, como fundamento pedagógico, se articula e é de longa data no Brasil. Além de vasta produção acadêmica, de engajamento de pesquisadores, organizações sociais, sistemas de ensino e comunidades escolares, o país já contou e tem vigentes políticas e programas nacionais e subnacionais que alcançaram milhares de estudantes.

São muitas as transformações sociais que deram urgência à ampliação da jornada escolar. A conquista de direitos e emancipação da mulher, novas configurações familiares, a transformação na função social da escola e as mudanças sociais, tecnológicas e no mundo do trabalho são algumas das razões que fizeram do tempo escolar uma agenda de atenção em todo o mundo. A necessidade de os sistemas de ensino serem mais eficientes também se soma às razões para a jornada ampliada se transformar em uma demanda social.

Neste cenário, o ordenamento jurídico brasileiro vem resguardar à criança e ao adolescente a titularidade de sujeito de direitos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, crianças e adolescentes foram reconhecidos como prioridade absoluta do Estado, famílias e sociedade, sendo necessário para tanto sua proteção integral, como anunciado no artigo 227. O artigo 206 instituiu princípios para a educação escolar, entre eles, a garantia de padrão de qualidade.

O Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (1990), documento de direitos humanos mais assinado no mundo e que, no Brasil, promoveu a revogação do Código de Menores, por conseguinte, a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente

(Lei 8.069/1990). Neste são previstas garantias para a proteção integral e a oportunidade de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sob condições de dignidade e liberdade.

Na esteira da nova Carta Magna, a LDB 9394/96 inovou a legislação educacional em inúmeros aspectos, entre eles, o de considerar a carga horária e a jornada diária do estudante na escola como importantes elementos para a melhoria das condições de aprendizagem e da qualidade da educação.

Segundo o artigo 24 da LDBEN, a organização da educação básica deve seguir regras comuns como a carga horária mínima anual de oitocentas horas para o ensino fundamental e ensino médio distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Na Educação Infantil, o artigo art. 31 da LDBEN também estabelece a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, contudo, respeitando a singularidade do segmento ao atribuir a distribuição dos 200 (duzentos) dias letivos de trabalho educacional, sem a natureza de 'efetivo', como nas demais etapas.

A Lei nº 13.415, de 2017, alterou a LDBEN com a necessidade de ampliação de forma progressiva, no ensino

médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos, mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

A Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral para o Ensino Médio de Escolas Estaduais (EMTI), lançada pelo MEC em 2016, apoiou a implementação da proposta de escola em tempo integral, baseado, não apenas em mais tempos de aula, mas também numa visão integrada, apoiada nos quatro pilares de Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, buscando uma formação ampla do jovem, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais.

No âmbito legal, os pilares da proposta de escola em tempo integral estão sustentados na visão de ser humano e de sociedade que emana do artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394 de 1996) e dos artigos 3º e 205 da Constituição Federal. O modelo de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) é baseado na ampliação da jornada escolar e na formação integral e integrada do estudante, tendo como fundamento o currículo e abrangendo

as dimensões emocional e cognitiva dos estudantes, bem como a cidadania.

Com a instituição da década da educação pelo artigo 87, a LDBEN passa a conclamar o Estado brasileiro a pactuar Planos Decenais, o mais recente com vigência de 2014-2024 e fixado pela Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação-PNE.

A Meta 06, em particular, assegura o oferecimento de “educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”.

Em conjunto com as demais metas do PNE, a expansão da jornada escolar objetiva garantir a qualidade da educação em todas as etapas e modalidades da educação básica, assim como apoiar a correção de fluxo e melhorias nos resultados de aprendizagem, como recomendado também na Meta 7.

Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, em sua parte introdutória, reconheceu a Educação Integral como um dos seus fundamentos, independentemente da duração da jornada escolar. Apesar das mudanças

legais ocorridas nas últimas décadas em relação ao aumento da carga horária e dos dias letivos, a jornada escolar diária no Brasil pouco se alterou, permanecendo majoritariamente curta, inclusive na comparação com demais países da América Latina, Caribe e de outros continentes.

Diversos estudos categorizam os efeitos da expansão da jornada escolar em três grandes eixos: acadêmico, social e econômico. Entre os benefícios acadêmicos constata-se a melhoria de desempenho entre os mais pobres, fixação de permanência na escola e maior taxa de conclusão de escolaridade entre grupos urbanos. Já os efeitos sociais são observados com a diminuição de vulnerabilidade social, nos aspectos de segurança alimentar, violências contra crianças e adolescentes e maior acesso aos direitos por meio da rede de proteção social. Há ainda, efeitos econômicos a longo prazo, considerando o retorno social da educação em tempo integral equivalente a seis vezes o seu custo e o benefício social para cada jovem, que teve acesso à educação integral equivalente a 2,7 vezes o seu custo.

A pesquisa “O impacto das Escolas de Tempo Integral em Homicídios” investigou os efeitos da política de Ensino Médio Integral do Estado de Pernambuco, nas taxas de homicídio de jovens homens entre 15 e 19 anos, faixa etária do ensino médio. Os pesquisadores

compararam – ano a ano, entre 2004 e 2014 – dados dos municípios pernambucanos que implementaram escolas EMI com dados dos que não o fizeram. Com isso, perceberam que o ensino integral provocou uma redução de até 50% na taxa de homicídios dos jovens nos municípios que adotaram a política.

Parte da literatura também aponta para fatores intraescolares como o maior tempo de exposição de estudantes ao currículo, interações com os professores e recursos escolares como um conjunto de elementos estruturantes para a melhoria das condições de desenvolvimento e da aprendizagem.

A infraestrutura escolar é outra importante condicionalidade para a expansão com qualidade da jornada escolar. Os diferentes ambientes podem proporcionar experiências e aprendizagens aos estudantes, sempre considerando que o uso dele precisa estar articulado ao currículo escolar e com intencionalidade educativa. Há igualmente, estudos internacionais que demonstram a relevância de ambientes escolares, especialmente os que promovem a aprendizagem ao ar livre, em relação com os territórios e com cobertura verde, gerando melhoras significativas na saúde física e mental, no bem-estar e no desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes.

Cabe ponderar, contudo, que a correlação direta entre expansão do tempo e resultados de aprendizagem não é um consenso científico, justamente porque o tempo a mais na escola não é e não deve ser a única estratégia do modelo de Educação Integral.

Por conseguinte, para que a matrícula em tempo integral cumpra com o seu papel de possibilitar uma gama maior e melhor de aprendizagens e oportunidades de desenvolvimento pleno e cidadão, é preciso que, na esfera da escola, o tempo seja associado a outros aspectos, como:

1. Cultura de colaboração profissional;
2. Perfil do professor;
3. Liderança profissional;
4. Clima escolar;
5. Gestão participativa;
6. Práticas pedagógicas inclusivas, diversificadas e equitativas;
7. Envolvimento das famílias e da comunidade;
8. Infraestrutura mínima adequada;
9. Avaliação, monitoramento e autoavaliação articuladas;
10. Condições laborais adequadas;
11. Articulações e parcerias locais.

O desenvolvimento integral é um processo contínuo, ao longo da vida, e expressa a multidimensionalidade humana, ou seja, a existência e interdependência das dimensões física, intelectual, emocional, social e cultural, na constituição da pessoa.

É também um processo singular que ocorre na vida de cada um e, ao mesmo tempo, experiência histórica e social construída e ressignificada nos mais diversos espaços, como famílias, comunidades, territórios e instituições sociais.

A Educação Integral é um princípio integrador e articulador das concepções de ser humano, escola, currículo, de ensino e aprendizagem, sociedade e das diferentes etapas da Educação Básica. Possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e vincula-os às práticas sociais e à vida cotidiana. Nesta concepção de educação busca-se o avanço das práticas que reduzem o papel da escola a uma mera transmissão de conteúdos ou de priorização de uma só dimensão do desenvolvimento, geralmente a dimensão intelectual sobre as demais.

Desta forma, com as diferentes dimensões do desenvolvimento sendo trabalhadas de modo intencional no currículo escolar pode-se eliminar barreiras que impedem a todos os

cer e ascender na trajetória escolar, em especial os de grupos sociais historicamente vulnerabilizados, como as pessoas com deficiências, transtornos, altas habilidades e superdotação, meninos e meninas negros, de classe social econômica desfavorecida, povos tradicionais e originários, entre outros.

A Educação Integral pressupõe igualmente o direito à escuta e à participação de bebês, crianças e adolescentes, ao seu modo e conforme suas condições, integrando ao currículo necessidades, interesses e as culturas infantis e juvenis às experiências educativas.

Nesta perspectiva, não apenas os territórios e equipamentos de diferentes setores (como esportes, cultura, cidadania, parques e praças, saúde e assistência) são partícipes do processo de ensino e aprendizagem, como seus agentes.

A Educação Integral é também o fundamento integrador das dimensões do cuidar e educar, da relação entre a educação escolar e as práticas sociais em toda a Educação Básica.

Faz-se necessário distinguir o conceito de Educação Integral e de Tempo Integral. O tempo é uma das estratégias que possibilita a materialização da proposta de um currículo

es-
tudentes de permane-

de Educação Integral, mas não a única. É essencial que a ampliação e organização do tempo integral seja consequência do Projeto Político-Pedagógico e do Currículo Escolar, associado aos espaços dentro e fora da escola, considerando a diversidade de materiais que são ofertados nas experiências educativas, atento às interações e organizações de agrupamentos entre os estudantes, promotora de saberes de diferentes matrizes étnico-raciais no currículo escolar, assim como asseguradora da escuta e participação dos estudantes e comunidades escolares nos processos educativos e na gestão escolar.

O desenvolvimento integral é um processo contínuo, ao longo da vida, e expressa a multidimensionalidade humana, ou seja, a existência e interdependência das dimensões física, intelectual, emocional, social e cultural, na constituição da pessoa.

É também um processo singular que ocorre na vida de cada um e, ao mesmo tempo, experiência histórica e social construída e ressignificada nos mais diversos espaços, como famílias, comunidades, territórios e instituições sociais.

A Educação Integral é um princípio integrador e articulador das concepções

de ser humano, escola, currículo, de ensino e aprendizagem, sociedade e das diferentes etapas da Educação Básica. Possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e vincula-os às práticas sociais e à vida cotidiana. Nesta concepção de educação busca-se o avanço das práticas que reduzem o papel da escola a uma mera transmissão de conteúdos ou de priorização de uma só dimensão do desenvolvimento, geralmente a dimensão intelectual sobre as demais.

Desta forma, com as diferentes dimensões do desenvolvimento sendo trabalhadas de modo intencional no currículo escolar pode-se eliminar barreiras que impedem a todos os estudantes de permanecer e ascender na trajetória escolar, em especial os de grupos sociais historicamente vulnerabilizados, como as pessoas com deficiências, transgêneros, altas habilidades e superdotação, meninos e meninas negros, de classe social econômica desfavorecida, povos tradicionais e originários, entre outros.

A Educação Integral pressupõe igualmente o direito à escuta e à participação de bebês, crianças e adolescentes, ao seu modo e conforme suas condições, integrando ao currículo necessidades, interesses e as culturas infantis e juvenis às experiências educativas.

Nesta perspectiva, não apenas os territórios e

equipamentos de diferentes setores (como esportes, cultura, cidadania, parques e praças, saúde e assistência) são partícipes do processo de ensino e aprendizagem, como seus agentes.

A Educação Integral é também o fundamento integrador das dimensões do cuidar e educar, da relação entre a educação escolar e as práticas sociais em toda a Educação Básica.

Faz-se necessário distinguir o conceito de Educação Integral e de Tempo Integral. O tempo é uma das estratégias que possibilita a materialização da proposta de um currículo de Educação Integral, mas não a única. É essencial que a ampliação e organização do tempo integral seja consequência do Projeto Político-Pedagógico e do Currículo Escolar, associado aos espaços dentro e fora da escola, considerando a diversidade de materiais que são ofertados nas experiências educativas, atento às interações e organizações de agrupamentos entre os estudantes, promotora de saberes de diferentes matrizes étnico-raciais no currículo escolar, assim como asseguradora da escuta e participação dos estudantes e comunidades escolares nos processos educativos e na gestão escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2)

Para a LDBEN, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, ou seja, para além da conceitualização de conhecimento técnico-científico, é preciso olhar para o estudante como sujeito integral, considerando toda a complexidade inerente ao convívio social. Tal complexidade nos remete ao conceito de integralidade quando o efetivo exercício de cidadania envolve mais do que apenas a resolução de problemas a nível intelectual, mas também as questões emocionais, físicas, sociais e culturais.

É importante ressaltar que, nacionalmente, o incentivo à implantação da educação integral parte da década de trinta, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação, que os autores tratam da escola enquanto espaço de convivência vivo e adaptável. Nos tempos atuais, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca uma integração entre as diversas dimensões do estudante brasileiro, buscando caminhos para uma educação integral, com foco nas habilidades a serem desenvolvidas para a participação social e democrática dos educandos:

(...) a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento (...) (BRASIL, 2018, p. 14)

Além do aspecto formativo do currículo, entende-se que os tempos e espaços escolares adaptar-se-ão para a plena realização do objetivo proposto, incluindo

a ampliação de carga horária e adequação curricular, que as frentes de trabalho dos professores precisam se adequar a uma visão integral do sujeito, com propostas de aula que convirjam à metodologia e conteúdos que habilitem o discente, como ponto focal, com voz ativa no seu próprio processo formativo, garantindo direitos e deveres que serão trabalhados, como parte indissociável da rotina escolar.

O caminho para o objetivo formativo principal, pela perspectiva de educação integral, pode ser interpretada, como propõe Paulo Freire, pela visão de uma educação emancipatória, em que cada um dos elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, cumpra seu papel, com foco na emancipação do estudante, pensador livre e crítico, pois:

“Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.” (Freire, 1979, p. 16)

Antes de mencionar a Lei Municipal que dispõe sobre alterações referentes à Educação Integral, faz-se necessário recuar à década de noventa para constatar a insuficiência ou mesmo a ausência de registros que possibilitem uma visão mais substancial de como se processavam os programas de Educação Integral em nosso município. Visto que há essa limitação documental, tanto do ponto de vista organizacional, quanto operacional, é possível recorrer a relatos de profissionais para se ter uma ideia de como era executado, naquele período, os dispositivos referentes às leis em nosso município.

Havia o Programa Recriação, que, sumariamente, funcionava como núcleos de atendimento às crianças e adolescentes, sempre no contraturno escolar, primeiramente com três núcleos e depois foram expandido às regiões do município. Atividades esportivas, artesanato, apoio pedagógico e cursos de profissionalização eram oferecidos às escolas que atuavam com jornada ampliada. Estudantes, educadores e demais profissionais que vivenciaram a experiência dão testemunhos do caráter inovador e profícuo do empreendimento.

Vale destacar que cerca de 800 (oitocentos) estudantes chegaram a

frequentar os núcleos do Recriação - espaços socioeducativos que pais e responsáveis tinham a oportunidade de deixar seus filhos e filhas em segurança - assistidos por profissionais que desenvolviam e ampliavam conteúdos apresentados no ensino regular. Entre outras adições, os relatos dão conta de uma substancial melhora nas interações socioemocionais dos estudantes e da consequente melhoria do rendimento escolar.

Para complementar a citação sobre o Programa Recriação, seguem alguns trechos de relatos dos profissionais que coordenaram e trabalharam nos núcleos do Programa Recriação.

Dessa forma, é factível pensar que, do ponto de vista da comunidade, tenha prevalecido a ideia do “cuidar” por sobre a do “educar”. Uma vez que há a percepção de que o tempo estendido na escola é uma demanda social que atende às necessidades mais práticas e imediatas dos responsáveis legais dos menores, natural que prevaleça um olhar mais simplista diante de uma proposta que é mais abrangente e complexa. O importante é constatar que, pelas ações empreendidas e os resultados alcançados, houve avanços substanciais nas políticas de educação integral de nossa cidade.

Em 2001, com a criação da Lei Municipal 7.568 - Plano Municipal da Juventude (PMJ) -, adiciona-se mais um programa que atende ao conceito de Educação Integral. A exemplo do programa anterior, o plano ofertou aos estudantes ações socioeducacionais mais amplas, buscando garantir um atendimento que levasse em consideração as diversas camadas ou dimensões do ser humano, como a intelectual, a física, a afetiva, a social e a cultural. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que a execução das ações fosse compartilhada por gestores, professores, estudantes, famílias e agentes sociais diversos. Estima-se que mais de nove mil estudantes foram atendidos a partir da instituição da normativa. No ano de 2009,

o PMJ passou a ser operacionalizado pela Divisão do Programa Municipal da Juventude, criada pela Lei Complementar nº 100, de 01 de março do mesmo ano, com Coordenação Administrativa-Pedagógica própria.

A seguir, transcrevemos o relato da primeira Coordenadora do PMJ, de janeiro de 2002 a janeiro de 2005, a Pedagoga Maria Cristina Anselmo de Sousa:

“Começo citando parte da Lei 7.568, que criou o P.M.J.: “Tem como finalidade formular, analisar, implementar e coordenar políticas que visem a promoção da população jovem do nosso município, através de projetos/programas que serão desenvolvidos mediante parcerias, convênios e outros a serem firmados e que estejam de acordo com a necessidade de cada faixa etária atendida, garantindo e desenvolvendo ações que oportunizem ao público-alvo, o acesso à saúde, à alimentação, à educação, ao desporto e à orientação social, consolidando desta maneira um trabalho centrado na busca do pleno exercício da cidadania.”

Quando cheguei já tinham iniciado alguns programas como o ArteEducação e o AABB Comunidade. Incrementamos o trabalho de uma forma eficaz, contando com o apoio dos empresários e da população da cidade. Lembro de ligar para médicos, dentistas, comerciantes e outros, sempre ouvia um sim para recomeçarmos. Acredito que o sucesso deste empreendimento foi um trabalho duro e em equipe, de todo o pessoal envolvido.

Criamos programa/projetos:

- Programa Beija-flor;
- Oficina de Artesanato;
- Centro Experimental de Artes e Cultura (oficinas de

Artes Plásticas, Teatro, Dança, Dança de Rua, Coral, Capoeira);

- Projeto TIM ArtEducação;
- Integração AABB Comunidade;
- Ginástica Olímpica;
- Ginástica Rítmica Desportiva;
- Artes Marciais;
- Biblioteca móvel;
- Democratização da Informática;
- Juventude e Cidadania;
- Esporte Solidário SESI;
- Projeto Maquete;
- Projeto Artes Plásticas e Restauração;
- Projeto Esculturas.

Entrevistamos professores especializados em artes e esportes e conseguimos, devagar, dar vida a eles. Foi uma trajetória percorrida entre sonho e a realidade.

Resgatamos, por meio deles, a autoestima de crianças e jovens, que descobriram horizontes artísticos despertando uma “criatividade latente”. O entusiasmo dos alunos ao realizarem as atividades, o brilho no olhar, nos faziam caminhar com alegria, mesmo encarando desafios, que foram muitos.

Os Projetos/Programas incluíam a faixa etária de 06 a 16 anos, preparando-os, no horário extraescolar, com ações para desenvolver sua autonomia e espírito solidário, criando condições para escolherem seu caminho com segurança, estimulando a criatividade, habilidades, competências e oferecendo assim, meios para que fossem capazes de tomar decisões frente às diferentes situações que a sociedade lhes impõe. Deste modo, nosso trabalho era centrado na busca do exercício da cidadania. Por meio de atividades lúdicas e esportivas, as crianças e jovens, suas famílias e a comunidade integram outras linguagens assimilando informações, a partir de seu universo: revê-se no mundo, criando saber e conhecimento.

A família e a comunidade se integram nesse processo identificando ações que oportunizavam sua participação periódica no Programa e Projetos oferecidos.

Fizemos um trabalho de inclusão do público-alvo, através de palestras e debates onde a função e a importância da educação eram eixos temáticos, pois acreditávamos na eficácia de se ter uma “Escola Integral”.

Neste trabalho, res-

soava em nossos ouvidos as seguintes proposições: “Vá em frente”, “Siga”, “Prossiga”, “Tudo está sob controle”. Demos as mãos, enfrentamos contradições, evitamos massificação e alcançamos “este lugar ao sol”.

Repensando lá atrás, só tenho a agradecer este momento mágico, desta história junto com pessoas que acreditaram e fizeram acontecer. Mesmo pequenos, sabemos que recebemos, graciosamente, tanto estímulo do ALTO.

“Somos uma consciência, uma colônia de unidades com lealdade umas com as outras. Não somos objetos, não temos solidez, somos ilimitáveis.”

Castañeda”

Dada a complexidade e abrangência do PMJ, diversos contratempos operacionais se apresentavam, principalmente os relacionados à gestão de recursos. Em 2014, houve alteração na lei e o Plano passou a ser denominado Programa Municipal da Juventude. A partir daí, foi permitido o uso dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Mais adiante, em 2016, o governo federal ofereceu adesão às escolas ao Programa Mais Educação, cujo objetivo principal era ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, por meio da oferta de Educação Integral. Os territórios do Programa foram definidos inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nesse cenário, inicialmente foram contempladas 04 (quatro) escolas com IDEB baixo e depois abriu para adesão, aumentando mais 09 (nove) escolas que aderem ao programa, com atendimento no contraturno escolar. O recurso era destinado diretamente pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com as unidades de ensino gozando de autonomia na elaboração do plano de execução, como forma de administrar e gerenciar gastos. Infelizmente, o programa tinha caráter temporário, sendo as ações interrompidas em 2018.

Nesse cenário, a Secretaria Municipal de Educação assume os investimentos e despesas relativas às treze unidades que faziam parte do Programa Mais Educação e a parte pedagógica é agregada à Coordenação do PMJ, a fim de nivelar os co-

nhecimentos e as escolas seguirem alinhadas com a proposta de Educação Integral do PMJ. Assim, pode-se prosseguir com as ações antes vinculadas ao governo federal, mas agora redesenhadas para atender demandas específicas de cada uma das unidades inscritas, inclusive com a elaboração de um currículo integrado que ressignificasse a ideia de Educação Integral em nosso município.

Atualmente, a Educação Integral de Poços Caldas acontece em oito núcleos do PMJ e treze unidades escolares.

Importante destacar que, no final de 2023, o governo federal lança o Programa Escola em Tempo Integral. O município pactua à nova política pública federal de Educação Integral, promove a ampliação local de vagas e adequa as ações às exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Atualmente a equipe da Secretaria Municipal de Educação está empenhada na revisão da legislação vigente, tendo como pontos principais a alteração do nome do programa passando a ser referenciado como Programa Municipal de Educação Integral (PMEI), uma proposta pedagógica para Educação Integral que contemple uma educação na sua integralidade, atualizada.

Desdobramentos Possíveis na perspectiva da Educação Integral:

13

“Cidade Educadora”

Em cidades educadoras, pode-se encontrar projetos como museus ao ar livre, programas educacionais em parques e bibliotecas públicas, atividades culturais e artísticas acessíveis a todos e políticas que encorajam práticas sustentáveis entre os cidadãos.

Este conceito é promovido pela Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), que é uma rede de cidades comprometidas com os princípios da Carta das Cidades Educadoras. A Carta é um documento que estabelece os compromissos das cidades em relação à educação e ao desenvolvimento urbano. A adesão a esta rede permite às cidades compartilhar experiências, estratégias e projetos, fomentando um ambiente de aprendizado mútuo e colaboração internacional.

Principais características de uma Cidade Educadora incluem:

Aprendizado ao Longo da Vida: Fomenta oportunidades de aprendizado para todos os cidadãos, independentemente da idade, incentivando o desenvolvimento pessoal e profissional contínuo.

Participação Cívica: Encoraja os residentes a participarem ativamente na governança e no desenvolvimento comunitário, fortalecendo o sentido de pertencimento e responsabilidade cívica.

Inclusão Social: Promove a inclusão e a justiça social, garantindo acesso igualitário a recursos educativos, culturais e recreativos.

Desenvolvimento Sustentável: Integra práticas sustentáveis em sua estrutura e operações, educando e envolvendo a comunidade em práticas ambientalmente conscientes.

Integração de Espaços Públicos: Transforma espaços públicos em ambientes educativos que estimulam a aprendizagem informal e a interação social.

Rede de Instituições: Estabelece parcerias entre escolas, universidades, empresas, organizações não governamentais e outros grupos para criar uma rede robusta de suporte educativo.

Poços de Caldas, Cidade Educadora:

Poços de Caldas, com suas ricas paisagens naturais e fontes termais, possui um potencial significativo para integrar os espaços públicos em seu desenvolvimento como cidade educadora. Aqui estão algumas maneiras de como isso pode ser alcançado, alinhando-se aos princípios de uma cidade educadora:

Educação Ambiental em Parques e Áreas Naturais

Uso dos recursos naturais: Utilizar parques, como o Recanto Japonês e a Fonte dos Amores, para promover programas de educação ambiental que ensinam a importância da conservação ambiental e a biodiversidade.

Trilhas educativas: Criar trilhas interpretativas que ofereçam informações sobre as características geológicas e históricas da região, como as que poderiam ser desenvolvidas no Pico de Gavião ou na Serra de São Domingos.



Fonte dos Amores

Atividades Culturais e Artísticas em Espaços Públicos



Espaço Cultural da Urca

Eventos e festivais: Organizar festivais culturais e artísticos em locais como a Praça Pedro Sanches e o Espaço Cultural da Urca, que podem incluir oficinas educativas, apresentações de música e dança e exposições de arte.

Arte pública e murais: Incentivar a criação de murais e outras formas de arte pública que explorem a história e a cultura de Poços de Caldas, servindo como ferramentas de aprendizado informal para residentes e visitantes.

Atividades Culturais e Artísticas em Espaços Públicos

Programas de bem-estar: Utilizar as instalações esportivas públicas e os balneários para programas que ensinam sobre saúde e bem-estar, aproveitando as propriedades terapêuticas das águas minerais para educar sobre práticas de saúde preventiva.

Atividades físicas orientadas: Oferecer aulas e atividades físicas em parques e praças, como yoga, tai chi, e caminhadas guiadas, promovendo a educação física e o bem-estar mental.



Poliesportivo Moleque Cesar

Roteiros históricos: Desenvolver passeios e roteiros que explorem o patrimônio histórico de Poços de Caldas, como o Thermas Antônio Carlos e o Casino Palace Hotel, educando sobre a importância histórica e arquitetônica desses locais.

Programas de história local: Colaborar com museus e arquivos históricos para oferecer programas educativos que contem a história da cidade e de suas personalidades notáveis.



Thermas Antônio Carlos

Ciência e Tecnologia

Feiras de ciência ao ar livre: Realizar eventos e exposições ao ar livre focados em ciência e tecnologia, possivelmente em colaboração com universidades e escolas locais, para estimular o interesse e o conhecimento científico entre jovens e adultos.

Inclusão e Acessibilidade

Espaços inclusivos: Garantir que todos os espaços públicos sejam acessíveis, oferecendo programas que são adaptados para pessoas com diferentes habilidades e necessidades, promovendo uma cidade verdadeiramente inclusiva.

Implementar essas ideias em Poços de Caldas não só melhoraria a qualidade de vida de seus cidadãos, como também fortaleceria o tecido comunitário e cultural da cidade, fazendo dela um exemplo de como os espaços públicos podem ser utilizados para promover a educação integral e contínua de seus residentes.

Para implementar um programa robusto de Educação Integral em Poços de Caldas, considerando a necessidade de atualizar as orientações curriculares e formar lideranças na gestão pública e equipes técnicas, é essencial desenvolver estratégias que aproveitem as características únicas da cidade, como suas riquezas culturais, históricas e naturais.

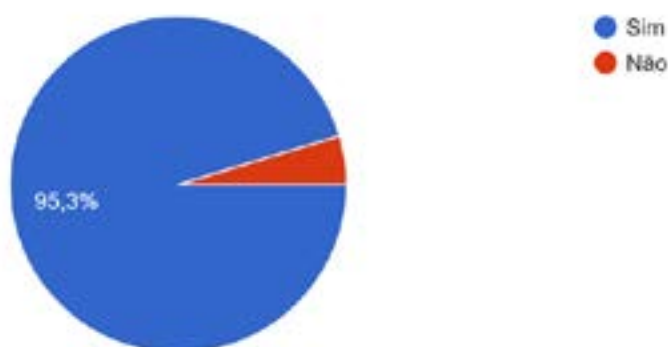
Aqui estão ações específicas mapeadas entre educadores, familiares e alunos sobre abordagens que a comunidade espera:

Gráficos das pesquisas

FAMÍLIAS

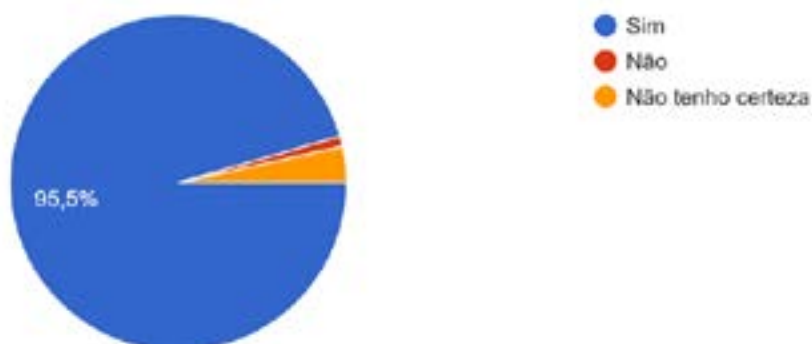
Percepções sobre a Educação Integral 3) Você está familiarizado(a) com o conceito de Educação Integral ?

514 respostas



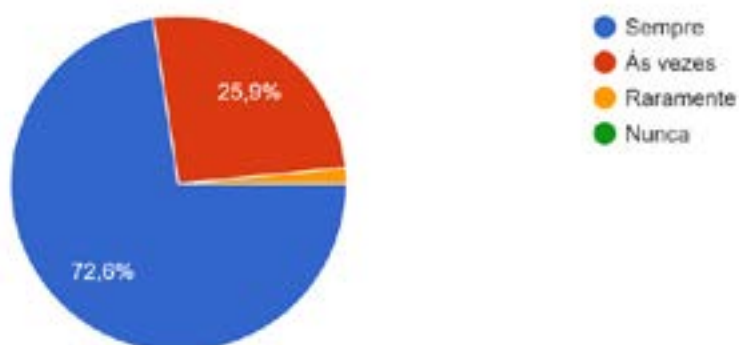
4) Na sua opinião, a Educação Integral é importante para o desenvolvimento do seu filho(a)

514 respostas



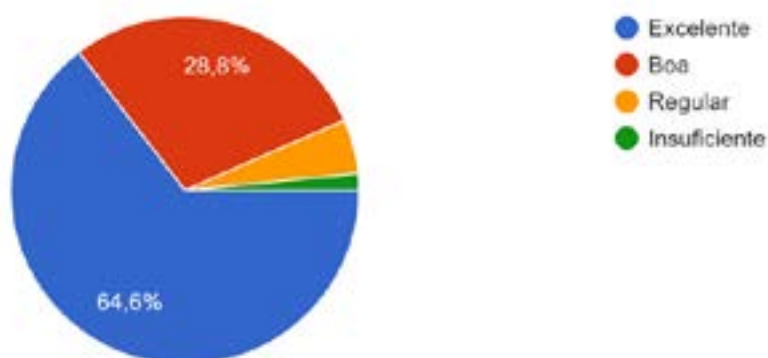
Participação e Interdisciplinaridade 5) Você acredita que as atividades escolares do seu(a) filho(a) conectam os aprendizados com a situações do dia a dia ?

514 respostas



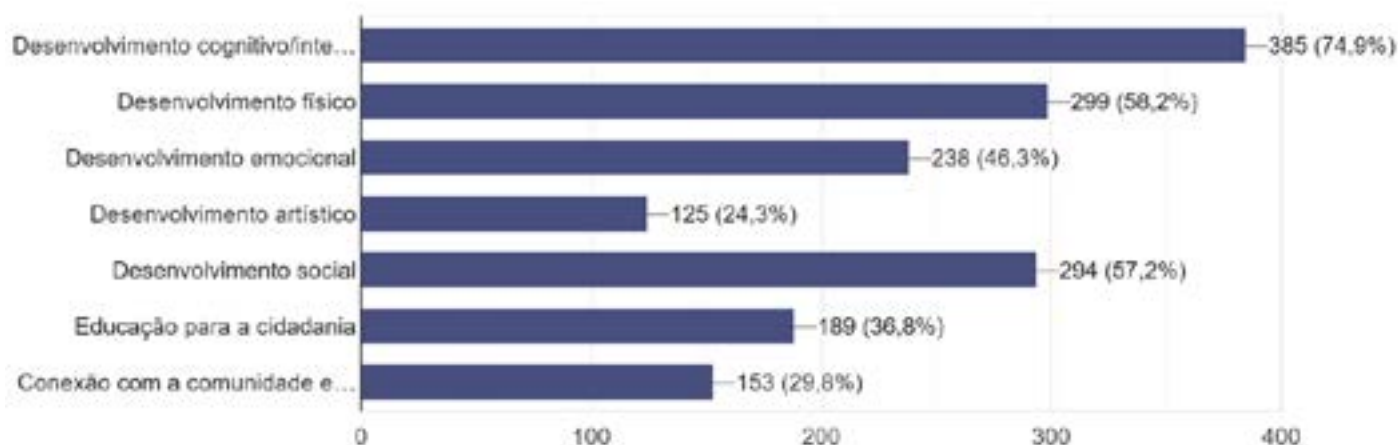
6) Como você avalia a diversidade de atividades oferecidas pela escola/PMJ (esportes, artes e outras) ?

514 respostas



9) Quais aspectos da Educação integral você considera mais importante para o desenvolvimento do seu(a) filho(a) . Marque até 3 alternativas;

514 respostas



“O projeto PMJ é muito importante na minha vida , sem ele não conseguiria trabalhar e sustentar minha família , e também é importante para meus filhos que fazem várias atividades nele e gostam muito das pessoas que lá trabalham. Por favor, não acabem com o PMJ.

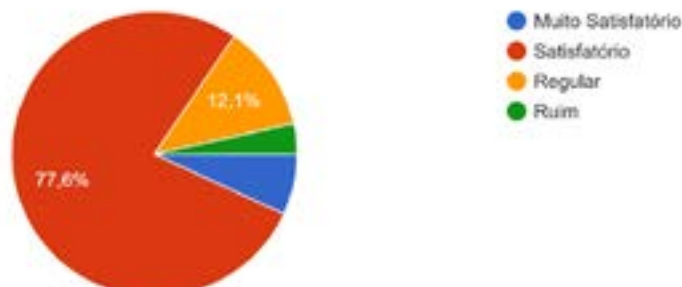
O projeto é de suma importância para o desenvolvimento das crianças, ficam mais participativos e vejo melhora até nas disciplinas escolares, porém acredito que deveria expandir o projeto para a educação infantil também, principalmente por questão de coordenação motora e social.

Estou encantada com o compromisso e cuidados dos responsáveis pela educação integral. Sinto falta de ter mais ciência do que ele faz, ter mais acesso ao que é apresentado a ele, mas sou uma mãe ansiosa, então isso é normal. Acredito que a única melhoria necessária é um maior compromisso do Município com a educação, pois a verba nunca existe, quando se trata dessa área. Obrigada por tudo e parabéns pelo trabalho.

Na atual realidade em que vivemos Acho de extrema importância o ensino em Período integral , visto que hoje a família brasileira se compõe de pais que trabalham fora. Vejo a oportunidade de um ensino para as crianças, com o melhor desenvolvimento e aproveitamento do tempo com esporte e oficinas, principalmente para os alunos com renda baixa. Acredito que este modelo deveria se prorrogar até o segundo grau. Assim o aluno sai com um melhor preparo até mesmo para um mercado de trabalho! Por que além do conhecimento, desenvolvimento, comunicação e pensamento crítico ! Este aluno terá melhores oportunidades futuras ! Já sinto muito , pelo ano que vem, meu filho irá sair da escola!”

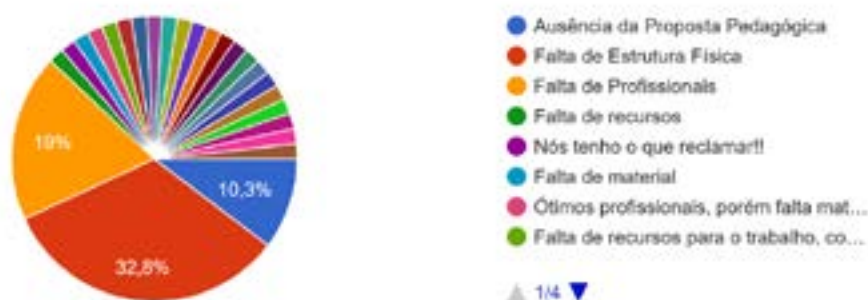
Como você descreveria a implementação da Educação Integral em sua unidade até o momento ?

58 respostas



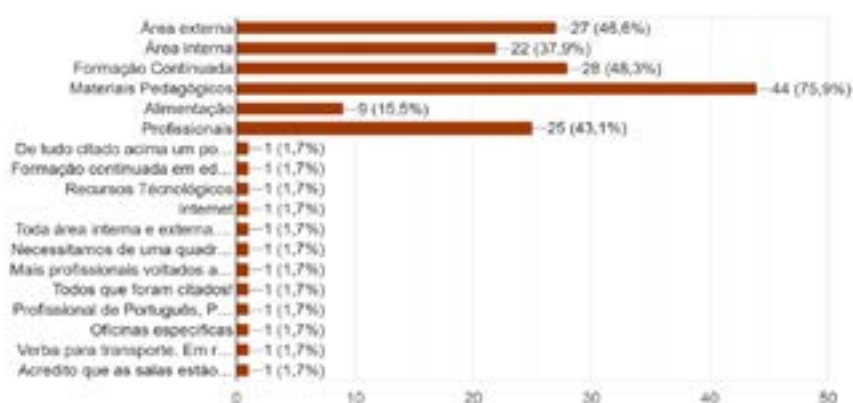
Quais são os principais desafios enfrentados pela sua equipe na adoção de uma abordagem de Educação Integral?

58 respostas



Quais recursos (materiais, formações, infraestruturas, etc.) são necessárias para a melhoria da Educação Integral de sua unidade?

58 respostas



Como a Administração Municipal pode apoiar de maneira efetiva a implementação da Educação Integral?

58 respostas



De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Programa Escola em Tempo Integral, estabelecem alguns objetivos gerais fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes, assegurando os direitos de aprendizagem, comprometido com a contemporaneidade, a equidade, a inclusão e a sustentabilidade, indo além do aspecto cognitivo para abranger aspectos emocionais, sociais e culturais:

Desenvolvimento Integral: Promover o desenvolvimento pleno e integrado dos estudantes, considerando suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais, culturais e físicas numa perspectiva multidimensional.

Garantir a equidade: Promover a equidade reconhecendo o direito dos estudantes de aprenderem e acessarem oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes.

Formação para a Autonomia: Formar estudantes críticos, autônomos e responsáveis consigo e com o mundo; que sejam agentes protagonistas na construção do seu próprio conhecimento, promovendo a autonomia, a capacidade

crítica e a tomada de decisão consciente e responsável. Capacitar os estudantes para que sejam agentes ativos na construção do seu próprio conhecimento, promovendo a autonomia, a capacidade crítica e a tomada de decisão responsável.

Participação e Engajamento Social: Promover a formação dos estudantes com oportunidades de realizarem as suas escolhas, que valorizem o conhecimento e a vida, que sejam atuantes na sociedade, estimular a participação ativa dos estudantes na vida escolar e na comunidade, promovendo o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a atuação ética e responsável.

Aprendizagem Significativa: Proporcionar experiências de aprendizagem significativas e contextualizadas, que conectem os conhecimentos historicamente construídos com a realidade dos estudantes e com os desafios do mundo contemporâneo, ampliando os espaços de participação, reflexão e consciência, promovendo o protagonismo dos estudantes.

Valorização da Cultura e da Identidade: Promover a diversidade cultural, reconhecendo, valorizando e respeitando o processo de vivência, possibilitando a ar-

ticulação dos espaços e tempos educativos dentro e fora da escola, considerando a complexidade da pluralidade e o reconhecimento da singularidade dos estudantes e suas múltiplas identidades. Reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade cultural e étnico-racial, promovendo a construção de uma identidade própria e o respeito às diferenças.

Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais: Produzir ambientes confortáveis, criativos e acolhedores, Favorecer favorecendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, cooperação e resiliência, assegurando a formação de cidadão autônomos, que sabem resolver conflitos de maneira assertiva e não violenta.

Garantia de direito à educação de qualidade: Assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e universal, garantindo o desenvolvimento pleno e o direito à aprendizagem, que prepare-os para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

Estabelecimento de vínculos entre a escola, a família e a comunidade: Fortalecer a gestão democráti-

ca ampliando os vínculos entre a escola, a família e a comunidade, promovendo uma educação mais contextualizada e participativa, garantindo os direitos humanos e atenção às diversidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

EIXOS NORTEADORES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A proposta pedagógica da Educação Integral no município de Poços de Caldas, será dividida em 08 eixos norteadores, visando uma educação diferenciada em que o indivíduo é visto na sua integralidade.

Eixo: Cultura e Paz

O eixo temático de Cultura de Paz visa promover valores, atitudes e práticas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e pacífica. Por meio de reflexões, debates, atividades práticas e projetos, busca-se desenvolver nos participantes a consciência sobre a importância da paz, do respeito mútuo, da resolução não-violenta de conflitos e da valorização da diversidade.

Eixo: Direito à Cidade

O eixo de Direito à Cidade na Educação Integral tem como objetivo explorar o conceito de cidade como espaço de convivência, participação e realização de direitos. Por meio de atividades teóricas e práticas, busca-se promover o conhecimento e a reflexão sobre a cidade como espaço de diversidade e de luta por direitos, estimulando a participação dos estudantes na transformação de seu entorno.

Eixo: Arranjos Culturais

O eixo de Arranjos Culturais na Educação Integral tem como objetivo explorar as diversas manifestações culturais como elementos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Por meio de atividades teóricas e práticas, busca-se promover o contato com diferentes expressões culturais, valorizando a diversidade e estimulando a reflexão crítica sobre as práticas culturais existentes.

Eixo: Expressão, Corpo e Movimento

O eixo de Expressão, Corpo e Movimento na Educação Integral tem como objetivo explorar as diversas formas de expressão corporal como meio de desenvolvimento integral dos estudantes. Por meio de atividades teóricas

e práticas, busca-se promover a consciência corporal, a expressão criativa e a valorização do movimento como linguagem artística e comunicativa.

Eixo: Leitura e Escrita

O eixo de Leitura e Escrita na Educação Integral tem como objetivo desenvolver nos estudantes habilidades de leitura crítica, produção textual e comunicação eficaz, fundamentais para o pleno exercício da cidadania e para o sucesso acadêmico e profissional. Por meio de atividades práticas e reflexivas, busca-se estimular o gosto pela leitura, a capacidade de interpretação de textos diversos e a produção de textos coerentes e coesos.

Eixo: Raciocínio Lógico

O eixo de Raciocínio Lógico na Educação Integral tem como objetivo desenvolver nos estudantes habilidades de pensamento crítico, análise e resolução de problemas, fundamentais para sua formação integral e para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo. Por meio de conteúdos teóricos e práticos, busca-se capacitar os estudantes a aplicar princípios lógicos em diferentes contextos, estimulando o raciocínio dedutivo e a tomada de decisões fundamentadas.

Eixo: Educação Científica

O eixo de Educação Científica na Educação Integral tem como objetivo promover o desenvolvimento do pensamento científico e da alfabetização científica dos estudantes, capacitando-os a compreender, questionar e aplicar conceitos científicos em seu cotidiano e na sociedade. Por meio de atividades teóricas e práticas, busca-se estimular o interesse pela ciência, a investigação científica e a consciência crítica em relação aos avanços e impactos da ciência e da tecnologia.

Eixo: O Aprender para Empreender

O eixo do empreendedorismo desempenha um papel crucial na educação integral, pois prepara os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma criativa, inovadora e responsável. Ao integrar o empreendedorismo na educação integral, os alunos desenvolvem habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz e trabalho em equipe. Além disso, o empreendedorismo estimula a criatividade, a iniciativa e a autonomia, capacitando os estudantes a identificar oportunidades, avaliar riscos calculados e transformar ideias em ação. Dessa forma, o empreendedorismo na educação integral não apenas prepara os alunos para o mercado de trabalho, mas também os empodera a serem agentes de mudança em suas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O brincar desempenha um papel fundamental na educação integral, pois contribui para o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. Podemos observar nesse contexto:

DESENVOLVIMENTO GLOBAL

O brincar é uma atividade natural e essencial para o desenvolvimento global da criança. Durante o brincar, ela explora, experimenta, descobre e desenvolve habilidades importantes.

ESTÍMULO À CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO:

O brincar estimula a criatividade e a imaginação, permitindo que a criança crie mundos imaginários, histórias e personagens, o que é essencial para o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas de forma criativa no futuro.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA:

O brincar pode ser uma forma significativa de aprendizagem. Através das brincadeiras, as crianças aprendem sobre si mesmas, sobre o mundo ao seu redor e sobre como interagir com os outros.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

O brincar também desempenha um papel crucial no desenvolvimento social das crianças, permitindo-lhes aprender a compartilhar, cooperar, negociar e resolver conflitos.

EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS E EMOÇÕES:

O brincar é uma forma natural para as crianças expressarem seus sentimentos e emoções, ajudando-as a desenvolver habilidades sociais e emocionais importantes.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR:

O brincar ativo contribui para a saúde física das crianças, ajudando a desenvolver habilidades motoras e promovendo um estilo de vida saudável.

AUTONOMIA E AUTOCONFIANÇA:

Brincar de forma independente e com os outros ajuda as crianças a desenvolverem autonomia, autoconfiança e autoestima.

Em resumo, o brincar na educação integral não deve ser visto apenas como uma atividade recreativa, mas sim como uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento integral da criança e prepará-la para ser um indivíduo completo e capaz de enfrentar os desafios da vida. O período integral possibilita espaço e tempo para o brincar. Lembrando que a criança que brinca cresce saudável porque a brincadeira é es-



sencial para desenvolvimento físico, mental, para comunicação, aprendizagem de valores como a solidariedade, além de solidificar autoestima e autoconfiança. Brincar é reforçar vínculos, aprender a ganhar e perder, conhecer-se, estar com os outros, partilhar. É abrir portas à imaginação, à criatividade, ao corpo, mente e emoções, descobrindo um espaço mágico entre fantasia e realidade. É aprender a ultrapassar obstáculos, pois o brincar aproxima, une e iguala os participantes, permite aprender, relacionar-se com os outros e tomar decisões, além de oferecer uma infância mais rica em vivências corporais, socioemocionais, criativa e proativa.

Os adolescentes estão entre a infância e a idade adulta, o brincar é totalmente diferente de uma criança, há benefícios no brincar dentro e fora da sala de aula: fomentar o pensamento criativo, a resolução de problemas, a independência e perseverança, desenvolvimento intelectual, social, emocional e físico. As brincadeiras oferecem à criança e ao adolescente as possibilidades de pensar, questionar, o trabalho em equipe e investigar assuntos que lhes interessam.

Ao brincar, manipulamos todo o material semiótico que dá sentido e significação para os objetos e para o corpo, baseados principalmente no desejo de agir em situações que, até então, não seriam possíveis (Vigotski 2007; Elkonin 2009).



Jaqueline Moll:Formação Integral:

A educação deve visar ao desenvolvimento integral do indivíduo, não se limitando ao aspecto cognitivo, mas abrangendo também a ética, a estética, a sociabilidade e a corporeidade. Contextualização: A aprendizagem deve estar profundamente enraizada no contexto comunitário e cultural do estudante. A escola precisa abrir-se para a comunidade e interagir com ela, transformando os espaços urbanos e rurais em territórios educativos.

Flexibilidade Curricular:

Os currículos devem ser flexíveis e integradores, permitindo que se cruzem diferentes áreas do conhecimento de maneira que faça sentido para os alunos e para as demandas do mundo contemporâneo. Protagonismo do Estudante: Os alunos devem ser vistos como protagonistas de seu processo educativo, com voz ativa na construção do conhecimento e na escolha dos caminhos que o processo de aprendizagem deve tomar.

Colaboração e Diálogo:

A educação integral promove uma forte ênfase no trabalho colaborativo e no diálogo, tanto entre os estudantes quanto entre estes e os educadores, visando à construção coletiva do conhecimento. Continuidade Educativa: Importante para Moll é a ideia de que a educação integral não deve ser vista como um projeto ou pro-

grama temporário, mas como uma nova forma de entender e realizar a educação, que se estenda por toda a vida do indivíduo. Jaqueline Moll defende que a educação integral é essencialmente uma prática democrática e inclusiva, capaz de oferecer a todos os indivíduos as condições para que se desenvolvam como cidadãos ativos, críticos e criativos, capazes de transformar a sociedade. Esta visão exige uma profunda transformação das estruturas educacionais tradicionais, orientando-as para uma concepção mais holística e integrada de educação.

Miguel Arroyo:

Educação como Formação Humana:

Arroyo argumenta que a educação integral é entendida como uma formação humana ampla, que respeita e promove todas as dimensões do ser humano: sociais, emocionais, físicas, culturais e cognitivas. A ideia é que a educação deve contribuir para a formação de pessoas plenas, com capacidade de pensar, sentir e atuar de forma crítica e autônoma.

Resposta às Necessidades Reais:

Para Arroyo, a educação integral deve responder às necessidades reais das crianças e jovens, considerando seus contextos de vida, suas histórias, culturas e suas questões socioeconômicas. Isso implica uma educação que esteja conectada com a realidade dos estudantes, que compreenda seus desafios diários e que contribua para sua superação.

Crítica ao Formalismo Escolar:

Ele critica o formalismo das estruturas educacio-

nais que limitam a educação a espaços e tempos rígidos. Arroyo defende uma educação que transborde os muros da escola, envolvendo diferentes espaços comunitários e culturais como ambientes de aprendizado.

Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento:

A visão de Arroyo sobre educação integral também está ligada ao direito de todos ao desenvolvimento pleno. Para ele, a escola deve garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem, tenham acesso às condições necessárias para o seu desenvolvimento integral.

Educação em Tempo Integral:

Enquanto apoia a ideia de educação em tempo integral, Arroyo enfatiza que isso não deve se traduzir apenas em mais horas na escola, mas em uma reorganização curricular e pedagógica que realmente expanda as oportunidades de formação integral.

Desenvolvimento Profissional Contínuo para Educadores:

Arroyo também enfatiza a importância do desenvolvimento profissional contínuo para os educadores, como parte essencial da educação integral. Os professores necessitam de preparação para trabalhar com uma abordagem pedagógica mais holística e integrada.

Para Miguel Arroyo a educação integral é uma abordagem que reconhece e atende à complexidade do desenvolvimento humano, oferecendo uma educação que é verdadeiramente relevante para a vida dos estudantes. Isto requer uma transformação profunda na maneira como

a educação é concebida e praticada, com um foco claro no bem-estar e no desenvolvimento integral dos alunos.

Cesar Nunes

Formação Ética e Moral:

A Educação Humanizadora enfatiza a necessidade de formar indivíduos éticos e morais. Nunes acredita que a educação deve cultivar valores como respeito, justiça, solidariedade e responsabilidade que são essenciais para a convivência social saudável e para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o mundo.

Desenvolvimento Integral:

Similar a outros teóricos da educação integral, Nunes defende que a educação deve considerar todas as dimensões do ser humano: emocional, social, intelectual, físico e espiritual. A educação humanizadora busca desenvolver plenamente essas capacidades, permitindo que a pessoa atinja seu potencial total.

Crítica à Educação Tradicional:

Nunes critica as abordagens educacionais que são excessivamente tecnicistas e utilitaristas, que veem os alunos principalmente como futuros trabalhadores, em vez de seres humanos completos. Ele argumenta que a educação não deve ser apenas uma preparação para o mercado de trabalho, mas um processo contínuo de autoconhecimento, expressão e engajamento cívico.

Pensamento Crítico e Autonomia:

A educação humanizadora incentiva o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia. Nunes acredita que a educação deve empoderar os estudantes para questionar, analisar e transformar o mundo ao seu redor, promovendo uma postura ativa e não passiva perante a vida e a sociedade.

Diálogo e Relacionamento:

O diálogo é uma ferramenta fundamental na Educação Humanizadora. Nunes valoriza a importância das relações humanas na educação e defende uma pedagogia baseada no diálogo, na escuta e no respeito mútuo entre professores e alunos.

Contextualização:

A Educação Humanizadora também implica contextualizar o aprendizado, relacionando os conteúdos ensinados com as realidades e vivências dos estudantes, transformando a educação mais relevante e significativa para os alunos.

Em suma, a Educação Humanizadora, conforme proposto por César Nunes, é uma abordagem que visa formar pessoas mais conscientes, críticas e éticas, preparadas para viver de forma plena e transformadora. Ele sugere uma reorientação profunda dos objetivos, métodos e conteúdos educacionais, afastando-se das práticas tradicionais centradas na memorização e na competição.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E TEMPO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

31

A organização do tempo e espaço na educação integral é fundamental para garantir que todas as atividades e objetivos educacionais sejam alcançados de forma eficaz. Aqui estão alguns princípios e estratégias importantes nesse sentido:

Ampliação da Jornada Escolar: A educação integral compreende uma jornada escolar ampliada de 7 horas diárias, incluindo o horário do almoço.

Organização das Turmas: A formação das turmas respeitará o número de estudantes, conforme estabelecido pela Lei Complementar 26 do município de Poços de Caldas e as estratégias de agrupamento que serão diversificadas, conforme necessidade e intencionalidades pedagógicas.

Eixos Norteadores : Os 8 (oito) eixos norteadores serão oferecidos nas unidades, de acordo com a realidade de cada unidade, sendo eixos obrigatórios e opcionais, respeitando no mínimo 6 (seis) eixos na matriz curricular.

As unidades estarão comprometidas a dedicar-se em oferecer atividades com base nos eixos que seguem:

Eixo: Leitura e Escrita;
Eixo: Raciocínio Lógico;
Eixo: Cultura e Paz;
Eixo: Arranjos Culturais;
Eixo: Direito à Cidade;
Eixo: Expressão, Corpo e Movimento;
Eixo: O Aprender para Empreender e
Eixo: Educação Científica.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM POÇOS DE CALDAS - ABRIL 2024

A Educação Integral no contraturno escolar da rede municipal de ensino de Poços de Caldas, atualmente é oferecida em 13 (treze) escolas de Ensino Regular e em 8 (oito) Unidades Independentes de Educação Integral (Programa Municipal da Juventude – PMJ). As oito Unidades Independentes de Educação Integral do PMJ, estão em todas as regiões do município, a saber:

Região Leste



PMJ - Programa AABB
Comunidade

PMJ - Centro Social
Urbano





PMJ - Parque Pinheiros

Região Sul



PMJ - João Monteiro



PMJ - Marco
Divisório

PMJ Vilas Unidas



Região Central



PMJ - Santa Maria



PMJ - São José

Já as Escolas que têm a Educação em Tempo Integral são:



E.M. ALVINO HOSKEN DE OLIVEIRA (REGIÃO CENTRAL)



CAIC – PROFESSORA ARINO FERREIRO PINTO (REGIÃO SUL)



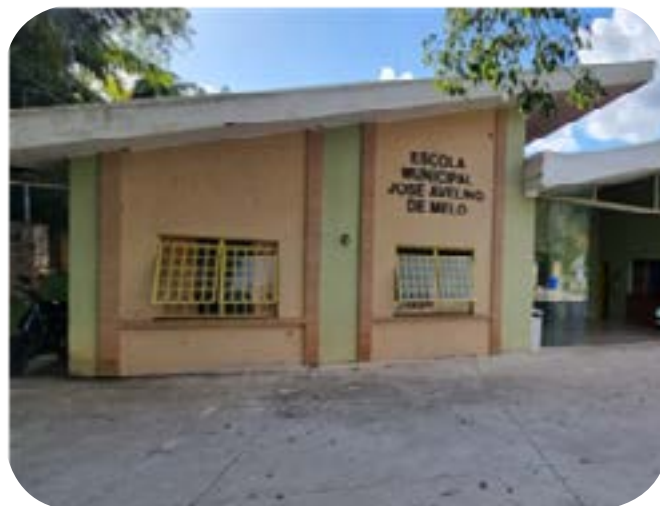
E.M. DONA LÚCIA SACOMANN JUNQUEIRA (ZONA RURAL)



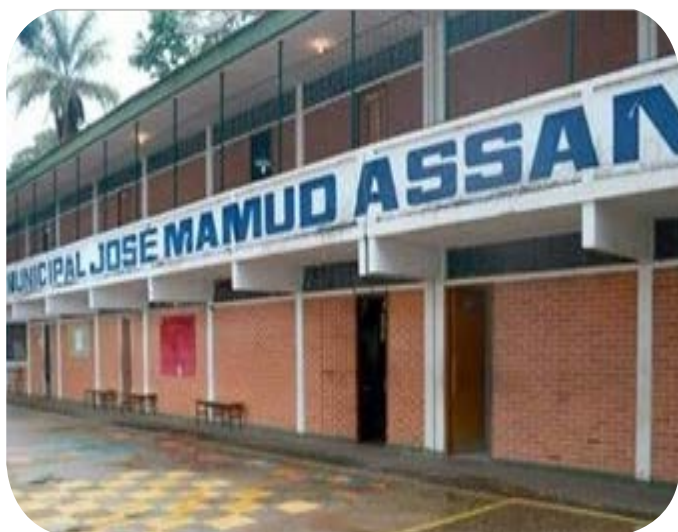
E.M. DR. HAROLDO AFONSO JUNQUEIRA (REGIÃO LESTE)



E.M. JOÃO PINHEIRO (REGIÃO OESTE)



E.M. JOSÉ AVELINO DE MELO (ZONA RURAL)



E.M. JOSÉ MAMUD ASSAN
(REGIÃO OESTE)



E.M. PROFª. CARMÉLIA DE CASTRO
(ZONA RURAL)



E.M. PROF. ANTÔNIO SÉRGIO
TEIXEIRA (REGIÃO LESTE)



E.M. RAPHAEL SANCHES
(ZONA RURAL)



E.M. SÉRGIO DE FREITAS
PACHECO (REGIÃO OESTE)



E.M. WILSON HEDY MOLINARI
(REGIÃO OESTE)



E.M. MARIA OVÍDIA JUNQUEIRA (REGIÃO SUL) (Finalizando reforma)

O corpo de educadores atuantes na Educação Integral, Unidades do PMJ e Escolas, é composto por Professor da Educação Básica I e II (PI e PII) e Administrativos-operacionais, perfazendo hoje, em torno de 220 (duzentos e vinte) profissionais. Os Professores são formados em várias áreas do conhecimento, reconhecendo assim o desenvolvimento pleno do educando nas suas singularidades e diversidades, preparando-os para agentes do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento local.

Vale ressaltar que são oferecidas formações a todos envolvidos com a educação integral, por meio da Secretaria Municipal de Educação e parcerias privadas, com objetivo de atualização e aprimoramento a fim de executarem o papel de educadores. Atualmente foi elaborado pela equipe gestora, um fluxo de atendimento, para que sejam ofertadas as vagas, conforme fluxograma abaixo:



Em seus 21 núcleos de atendimento de Educação Integral, o município oferece diariamente atividades esportivas, acompanhamento pedagógico, artes, projetos sociais, musicalização, dança, inclusão digital, atividades de valorização da cultura local, entre outras.









Com adesão à nova proposta da Educação Integral do Governo Federal, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação reformulou a Política de Educação em Tempo Integral do Município, de acordo com a BNCC e documentos federais regulatórios, como por exemplo a Portaria 004/2024, publicada em 19 de Março de 2024.

No âmbito organizacional e pedagógico a Educação Integral contempla as dez competências gerais definidas pela BNCC (Conhecimento, Pensamento Científico, Crítico e Criativo, Repertório Cultural, Comunicação, Cultura Digital, Trabalho e Projeto de Vida, Argumentação, Autoconhecimento e Autocuidado, Empatia e Cooperação, Responsabilidade e Cidadania) articulando-se com as competências específicas de cada área do conhecimento, que consubstanciam, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Atualmente, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental são atendidos, no contraturno escolar 2.056 alunos, sendo assim distribuídos:

PMJ- (oito unidades independentes): 898 educandos, sendo 552 estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 346 estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Escolas em Tempo Integral (treze escolas): 1.158 educandos, sendo 842 matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 316 estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental .



As unidades de tempo integral consideram o estudante como um sujeito global e avaliação deve ser abrangente e holística, reconhecendo e valorizando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento emocional, social e físico.

É essencial adotar uma abordagem multidimensional, levando em consideração diferentes aspectos do seu crescimento e aprendizado:

Desenvolvimento Integral: A avaliação deve considerar o desenvolvimento integral do estudante, incluindo suas habilidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Isso significa: olhar para além das notas, testes e avaliações tradicionais, buscando compreender como a criança está se desenvolvendo como um todo.

Observação Contínua: Em unidades de tempo integral os educadores têm a oportunidade de observar os alunos em múltiplos contextos, ao longo do dia. Isso permite uma avaliação mais contínua e contextualizada, identificando não apenas o que os alunos sabem, mas também como eles aplicam esse conhecimento em diferentes situações.

Portfólios e Documentação: A criação de portfólios e registros documentais pode ser uma ferramenta poderosa de avaliação que envolve coletar exemplos dos trabalhos dos alunos, suas interações e seu progresso, ao longo do tempo, oferecendo uma visão mais completa do seu desenvolvimento.

Avaliação Formativa: A avaliação deve ter um cará-

ter formativo, ou seja, orientada para colaborar com os alunos para melhorar continuamente. Feedback construtivo e oportunidades de autorreflexão são essenciais para o crescimento acadêmico e pessoal.

Metas Individuais: Reconhecer que cada aluno é único, implica estabelecer metas individuais e personalizadas, significa que a avaliação deve ser sensível às necessidades e interesses específicos de cada estudante, promovendo um senso de responsabilidade e autonomia.

Envolvimento da Comunidade: Nas unidades de tempo integral é possível envolver ativamente a comunidade escolar e familiar no processo de avaliação. Isso inclui compartilhar informações relevantes sobre o progresso dos alunos e colaborar com pais e responsáveis para apoiar o desenvolvimento holístico dos estudantes. Essa abordagem reconhece e valoriza a diversidade de habilidades, interesses e necessidades de cada aluno, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e enriquecedor.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

ENTENDA **os Conceitos, Princípios e Estratégias da Política de Educação Integral**. Educacaointegral.org, 2024. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/na-pratica/#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Integral,um%20trabalho%20colaborativo%20no%20n%C3%ADvel>>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12.ªed. Trad. de Moacir Gaddotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

INEP. “**Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova**”. Revista brasileira de estudos pedagógicos. – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

MOREIRA, J.. **A importância de políticas públicas articuladas na implantação da Educação Integral**. Educacaointegral.org, 2013. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/programa-escola-em-tempo-integral-leva-educacao-integral-de-volta-ao-centro-das-politicas-publicas/>>. Acesso em 22 de abr. 2024.

PARENTE, C. M. D.. **Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/GwR>

Referências:

4qsVvThyBqcpQfCm3Qhm/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PERRENOUD, P.. **Avaliação. Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**, Porto Alegre : Artmed Editora, 1999

SILVA, L. F. A. **Políticas Educacionais de Educação Integral e de Tempo Integral no Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.117693. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/117693>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, R. R. D. da; SCHERER, R. P. **Políticas de educação integral no Brasil do século XXI: Metapesquisa da produção científica publicada em periódicos (2001-2020)**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S. l.], v. 31, 2023. DOI: 10.14507/epaa.31.7656. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7656>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

TORY, H. **Programa Escola em Tempo Integral leva Educação Integral de volta ao centro das políticas públicas**. Educacaointegral.org, 2023. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/programa-escola-em-tempo-integral-leva-educacao-integral-de-volta-ao-centro-das-politicas-publicas/>>. Acesso em 22 de abr. 2024.